

de insolvência da devedora Trevo — Serviço de Limpeza, Conservação, Jardinagem e Importação/Exportação Equipamentos, L.<sup>da</sup>, número de identificação de pessoa colectiva 506640558, sede na Praça de Francisco Sá Carneiro, 7, 1.º, freguesia de São João de Deus, Lisboa.

São administradores da devedora João Carlos Castelo Branco Soares Albergaria, residência fixada na Alameda dos Oceanos, lote 4.54.05 A, 5.º, direito, 1990-389 Moscavide, e Paula Cristina dos Santos Duarte Pendão Alves, residência fixada no Bairro da Boavista, lote 45, rés-do-chão, C, Lisboa.

Para administrador da insolvência é nomeado Manuel Luís Coelho Albuquerque, com domicílio no Passeio das Garças, bloco 2-A, 4.º, B, 1990-395 Moscavide.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*] do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (extracto) (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

É designado o dia 9 de Outubro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE), caso de obrigatório patrocínio judiciário.

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

27 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *José Ribeiro*.

2611029700

#### **Anúncio (extracto) n.º 4578/2007**

**Falência (requerida) — Processo  
n.º 1119/03.1TYLSB**

Requerente — Ministério Público.  
Requerido — ISOTÉCNICA — Sociedade Técnica de Isolamentos, L.<sup>da</sup>

A Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima dos Reis Silva, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber que, por sentença de 22 de Fevereiro de 2006, proferida nos presentes autos, foi declarada a falência de ISOTÉCNICA — Sociedade Técnica de Isolamentos, L.<sup>da</sup>, número de identificação fiscal 500142700, sede e residência fixada na Rua do Andaluz, 52, rés-do-chão, freguesia de São Jorge de Arroios, Lisboa, tendo sido fixado em 30 dias, contados da publicação do competente anúncio no *Diário da República*, o prazo para os credores reclamarem os seus créditos, conforme o estatuído no disposto no artigo 128.º, n.º 1, alínea *e*), do CPEREF.

2 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *José Ribeiro*.

2611029649

## **2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOULÉ**

**Anúncio n.º 4579/2007**

**Insolvência de pessoa singular (requerida)  
Processo n.º 310/07.6TBLLE**

Requerente — Soc. José Bento Ferreira & Filhos, L.<sup>da</sup>  
Insolvente — Marco Paulo Nóbrega da Silva e outro(s).

No 2.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Loulé, no dia 27 de Março de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Marco Paulo Nóbrega da Silva, casado, nascido em 20 de Setembro de 1977, bilhete de identidade n.º 11244708, com endereço no Bairro Checul, lote 86, 8125-000 Quarteira;

Cristina Miriam da Cruz Silva, casada, nascida em 27 de Fevereiro de 1979, bilhete de identidade n.º 11822972, com endereço no Bairro Checul, lote 86, 8125-000 Quarteira, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Florentino Matos Luís, com domicílio na Avenida do Almirante Gago Coutinho, 48-A, 1700 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado [alínea *i*] do artigo 36.º do CIRE].

Consigna-se ainda que qualquer interessado pode pedir, no prazo de cinco dias, que a sentença seja complementada com as restantes menções a que alude o artigo 36.º do CIRE, nos termos do artigo 39.º, n.º 2, alínea *a*), mediante o depósito do montante necessário para garantir o pagamento das custas e dívidas referidas, aplicando-se subsequentemente o disposto nos n.ºs 3 a 6 do artigo 39.º do CIRE, ou, caso não seja requerido o complemento da sentença, o disposto no n.º 7 do mesmo artigo.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso e embargos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

19 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Isabel Mascarenhas Pessoa*. — O Oficial de Justiça, *Ricardo Marquês*.

2611029739

## **TRIBUNAL DA COMARCA DE MOIMENTA DA BEIRA**

**Anúncio n.º 4580/2007**

**Insolvência de pessoa singular (requerida)  
Processo n.º 275-D/2002**

Requerente — Arnaldo Meireles Gouveia.  
Devedor — Rita da Assunção Garcia Barreira Almeida e outro(s).

Na Secção Única do Tribunal da Comarca de Moimenta da Beira, no dia 28 de Junho de 2007, às 13 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do património comum do casal: Rita da Assunção Garcia Barreira Almeida, casada, nascida em 8 de Agosto de 1962, número de identificação fiscal 165573279, bilhete de identidade n.º 6657857, residente no lugar de Beba, Cárquere, Resende, 4660-000 Resende, e António Manuel Almeida, casado, nascido em 25 de Setembro de 1958, número de identificação fiscal 143043765, com endereço no lugar de Beba, Cárquere, Cárquere, 4660-052 Resende, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Ademar Margarido de Sampaio Rodrigues Leite, com endereço na Avenida de Alberto Sampaio, 106, 2, direito, 3510-027 Viseu.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não aos próprios insolventes.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento e montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 10 de Setembro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

29 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Catarina de Sousa Vasconcelos*. — O Oficial de Justiça, *Rui João Correia Rodrigues*.  
2611029742

## TRIBUNAL DA COMARCA DE PENACOVA

**Anúncio n.º 4581/2007**

**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)  
Processo n.º 344/07.0TBPCV**

Requerente — BPN — Banco Português de Negócios, S. A.  
Insolvente — Espelho de Prata — Construção Civil, L.ª

Na Secção Única do Tribunal da Comarca de Penacova, no dia 19 de Junho de 2007, às 14 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Espelho de Prata — Construção Civil, L.ª, número de identificação fiscal 504917200, com endereço em Poiares (Santo André), 3350 Vila Nova de Poiares, com sede na morada indicada.

São administradores da devedora:

José Martins Miguel, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 119414740, bilhete de identidade n.º 8010259, com endereço no Soito, Poiares (São Miguel), 3350 Vila Nova de Poiares;

Manuel da Conceição Oliveira, casado, nascido em 7 de Agosto de 1959, nacional de Portugal, bilhete de identidade n.º 8001761, com endereço em Poiares (Santo André), 3350 Vila Nova de Poiares;

José Alberto Grade Ferreira, casado, número de identificação fiscal 107594200, bilhete de identidade n.º 8303348, com endereço na Rua da Eira da Pedrinha, lote 5, Terrugem, 2705-916 Sintra;

António Manuel Correia Domingos, casado, nascido em 25 de Fevereiro de 1954, bilhete de identidade n.º 4142606, com endereço em Poiares (Santo André), 3350 Vila Nova de Poiares.

Para administrador da insolvência é nomeado Manuel Melo da Silva Cruz, com endereço na Rua do Rebolim, 116, Ribeira de Frades, 3040-857 Ribeira de Frades.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11 de Setembro de 2007, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

### Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

27 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Armandina Silva Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Lina Ferreira*.

2611029795